

OPINIÃO

OLIBERAL

FILIADO A SOCIEDADE INTERAMERICANA DE IMPRENSA - SIP

ANJ ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE JORNALISTAS

Presidente
Lucidéa Batista MaioranaPresidente Executivo
Romulo Maiorana Jr.Diretor Jurídico
Ronaldo Maiorana
(OAB-PA 8667)Diretora Administrativa
Rosângela Maiorana KzamDiretora Comercial
Rosemary MaioranaDiretor Industrial
João Pojucam de Moraes FilhoDiretor de Novos Negócios
Ribamar GomesDiretor de Marketing
Guarany JúniorDiretores
José Edson Salame
José Luiz Sá PereiraEditor-Chefe
Lázaro Moraes**O LIBERAL** é editado por
Delta Publicidade S/A
CNPJ. (MF) 04929683/0001-17.
Inscrição Estadual: Isenta.
Municipal: 032.632-5**Administração, Redação,
Centro Tecnológico Gráfico,
Publicidade**Av. Romulo Maiorana, 2473.
CEP: 66.093-005.
Telefone: 3216-1000.
Endereço Telegráfico: JornalLiberal.
Belém, Pará, Brasil.

As opiniões emitidas em textos assinados são livre manifestação do pensamento de seus autores e não representam a opinião do jornal.

**Sucursal Centro/
Centro-Oeste**Gerente Executiva:
Silvana Scórsin► **Brasília-DF**
SRTVN Q 701 CONJ. C.
Ed. Centro Empresarial Norte,
Bloco B, sala 432. Cep. 70.719.900.
Fone/fax: (61)-3328-9394/3328-9396.
E-mail: sanab634@zaz.com.br**Sucursal Sudeste/
Sul/ Nordeste**Diretor:
Carlos Namur► **São Paulo-SP**
Edifício Iguatemi Office Building
Rua: Iguatemi, 192
Cj. 111 / 11ª and. - Itaim. Cep. 01451-010
Fone/fax: (11) 3073.1450 / 1451 / 1453
e-mail: sucursalsao paulo@oliberal.com.br**Preço do exemplar****Zona I** - Abaetetuba, Ananindeua, Arapari, Barcarena, Belém, Benevides, Bragança, Capanema, Capitão Poço, Castanhal, Concórdia, Dom Eliseu, Igarapé-Miri, Irituia, Itinga, Mãe do Rio, Moju, Mosqueiro, Nova Timboteua, Ourém, Paragominas, Quatro Bocas, Salinas, Santa Izabel, Santa Luzia do Pará, Santa Maria, São Miguel do Guamá, Tailândia, Tomé-Açu, Ulianópolis e Vigia.► **Dias úteis R\$ 2,00**
► **Domingo R\$ 4,00****Zona II** - Almeirim, Altamira, Parauapebas, Conceição do Araguaia, Marabá, Monte Alegre, Monte Dourado, Portel, Porto de Moz, Redenção, Soure, Ourilândia do Norte, Tucumã, Tucuruí, Xinguba, Juruti, Santarém, Itaituba, Oriximiná e Óbidos.► **Dias úteis R\$ 2,50**
► **Domingo R\$ 4,50****Zona III** - Brasília (DF), São Luís, Teresina, Recife, Tocantins, Fortaleza, Manaus e Boa Vista.► **Dias úteis R\$ 3,00**
► **Domingo R\$ 6,00****Zona IV** - Demais Estados► **Dias úteis R\$ 4,50**
► **Domingo R\$ 9,00****Zona V** - Macapá► **Dias úteis R\$ 3,00**
► **Domingo R\$ 6,00****Telefones de O LIBERAL**

Reportagem:	3216-1138
Assinaturas:	3204-6000
Atendimento ao Assinante:	3216-1011
Classificados:	3277-9200
Comercial:	3216-1163 e 3216-1176

niciariasribeiro*Um tiquinho da história*

Morreu o ex-governador Alacid Nunes. E este fato remeteu-me para o dia 31 de março de 1964, quando o então presidente João Goulart o Jango, como era conhecido, viajou de Brasília para o Rio, pela manhã, para tentar acalmar a situação do Clube Militar, em razão da revolta dos Sargentos da Marinha. Por volta das 12 horas, o general Mourão Filho sai de Minas em direção ao Rio com sua tropa e tanques de guerra. O presidente deixa o Rio e vai para o Rio Grande do Sul, onde o seu cunhado Leonel Brizola era governador. De lá foi para o Uruguai. E registre-se, sem o conhecimento do Senado. Daí a convocação extraordinária do Congresso, cujo presidente, Auro de Moura Andrade, anunciou a fuga do Jango para o Uruguai, declarou vago o cargo de presidente da República e convocou o deputado Ranieri Mazilli, então presidente da Câmara dos Deputados, a assumir interinamente, o que foi feito de imediato.

No dia seguinte, Jango estava no Uruguai e o Brasil tinha um presidente interino. O Congresso, por força da Constituição vigente, à época, convocou uma eleição indireta para escolha dos novos presidente e vice-presidente da República, para concluir o mandato que se extinguiria no início de 1965. E assim, dentro dos preceitos legais e constitucionais, vigentes à época, foi realizada a eleição que elegeu o marechal Castello Branco para presidente da República e o deputado federal José Maria Alkmin para vice-presidente, os quais, depois de

diplomados pelo Tribunal Superior Eleitoral, foram empossados pelo Congresso Nacional. Depois, foram ao Palácio do Planalto, onde o presidente interino Ranieri Mazilli os aguardava para passar a faixa presidencial. Feito isso, como é de praxe, foi nomeado o novo ministério, que, naquele tempo, era de apenas quatorze, a saber: Justiça, Relações Exteriores, Interior, Viação e Obras Públicas, Educação e Cultura, Saúde, Trabalho e Previdência Social, Agricultura, Fazenda, Casa Civil, Casa Militar e os Ministérios da Guerra, da Marinha e da Aeronáutica. Como se vê, não existiam o ministério do Planejamento, dos Transportes, da Comunicação, de Minas e Energia, além de outros que não se sabe o nome e nem o que fazem.

Mas, voltamos ao governo do marechal Castello Branco, que, segundo dizem, era um acadêmico que desejava apenas restabelecer a ordem no País, realizar as eleições previstas para 1965 e dar posse ao seu substituto, eleito democraticamente.

Todavia, o restabelecimento da ordem política e social, na opinião de seus conselheiros, passava necessariamente pelo afastamento da vida pública dos chamados "esquerdistas" e "corruptos". E assim, depois de muita pressão dos partidários da antiga UDN e de outros partidos que faziam oposição ao antigo PSD, partido de Juscelino Kubitschek (JK) que, aliás, já havia lançado a sua candidatura à presidência da República às eleições de 1965, foi editado o Ato Institucional

nº 1 cassando o mandato de governadores, prefeitos e outros políticos, na sua maioria do PSD de JK e do PTB do Jango, Brizola e Miguel Arraes. E, como o difícil é começar, logo vieram outros Atos Institucionais, e num deles foram cassados os mandatos do governador e vice-governador do Pará, bem como do prefeito e vice-prefeito de Belém. E a Assembleia Legislativa teria que eleger o novo governador e vice e, do mesmo modo, a Câmara Municipal de Belém teria que eleger o novo prefeito e vice. A Assembleia elegeu o coronel Jarbas Passarinho para governador e o médico Agostinho Monteiro para vice. A Câmara Municipal de Belém elegeu o então major Alacid Nunes para prefeito e o advogado Irawaldir Rocha para vice, que, por problemas com a Aeronáutica, renunciou e foi substituído pelo advogado Osvaldo Melo.

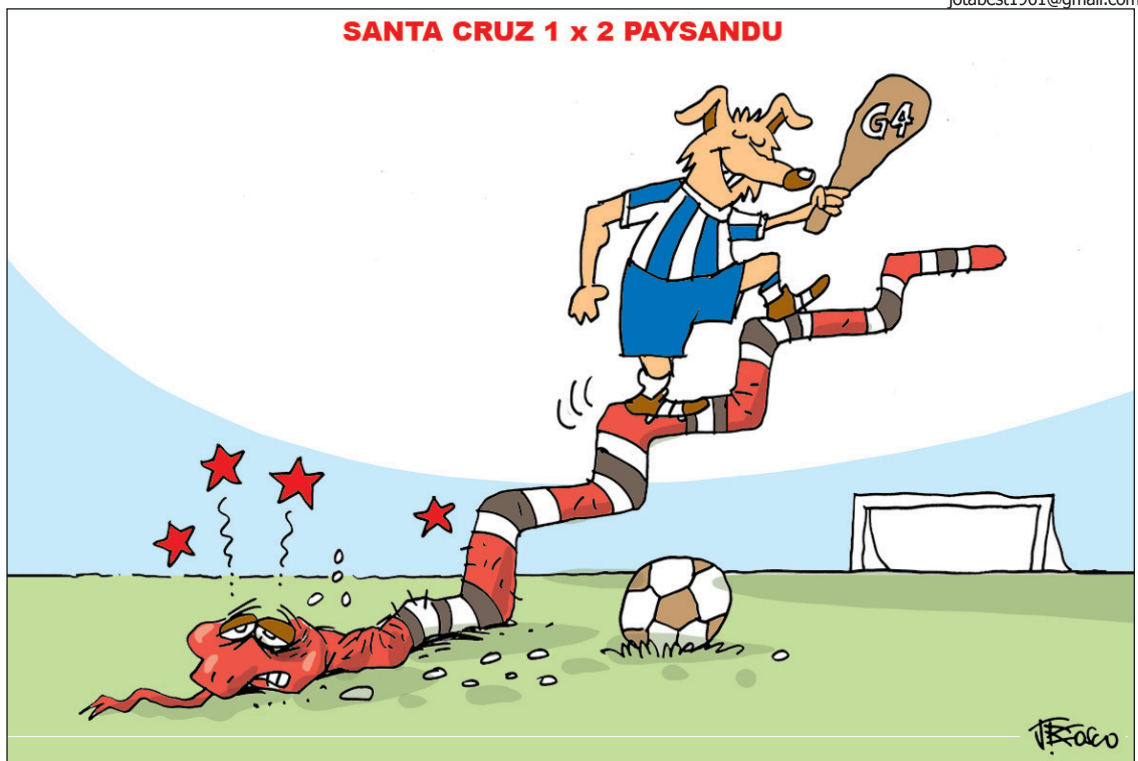
Empossado, dizem que o então major Alacid Nunes revolucionou a gestão de Belém, onde imprimiu uma dinâmica própria da caserna, despachando cedo com seus auxiliares e logo saía visitando, pessoalmente, as obras e ações que havia determinado. Logo esse novo estilo de administrar foi aprovado pelo povo e surge a frase "o Alacid é quem decide", cujo slogan o levaria ao Governo do Estado.

No próximo Artigo, contarei mais um tiquinho dessa história que testemunhei...

■ **Nicias Ribeiro é engenheiro eletrônico e político.**
E-mail: niciarias@uol.com.br

jotabest1961@gmail.com

J. BOSCO

**murillodearagão***A crise não alivia em setembro*

Os acontecimentos e desdobramentos negativos de agosto invadiram setembro e prometem continuar tumultuando a cena política. Na melhor das hipóteses, o clima pode se estabilizar. Mas dificilmente vai melhorar. Por quê?

Primeiro, pelo fato de a autonomia do ministro da Fazenda, Joaquim Levy, em quem o sistema econômico acredita, ainda estar em xeque. Enquanto o governo não der sinais claros de que caminhará para reduzir o projetado "déficit primário", tudo continuará em suspenso.

Segundo: a confusão política que envolve o governo não está resolvida e o PMDB se mantém dividido em relação à experiência do vice-presidente, Michel Temer, no comando da coordenação política.

No momento mais vulnerável de seu segundo mandato, Dilma esboçou Temer e permitiu que a equipe palaciana trabalhasse contra o seu trabalho de articulação política.

O terceiro e incontestado fato é a situação econômica do país, que seguirá pressionando. Centenas de empresas estão sendo fechadas, o desemprego cresce e há queda na renda das pessoas. O governo está com o dever de casa atrasado e emite sinais confusos.

O Congresso ainda não conseguiu pôr para funcionar sua agenda positiva; a Câmara não abre mão

da pauta-bomba. Ainda que nada se torne lei, a falta de sintonia trabalha contra a estabilização do país.

Outro aspecto está no disparatado apoio do PT a uma "frente de resistência ao golpe contra o mandato da presidente", reunindo entidades e partidos políticos. Melhor fariam os petistas se explicassem seu envolvimento nos escândalos e promovessem uma ampla autocrítica. Mas eles preferem pôr a culpa nos outros.

É patente a incompetência do governo em lidar com a conjuntura. As idas e vindas nas decisões econômicas, as "traíragens" no primeiro escalão e a usina de vazamentos para a imprensa a partir do Palácio do Planalto revelam que o governo está desorientado. Não tem competência. Não tem comando. Não tem liderança.

Acima de tudo, existe a Operação Lava-Jato, que continuará a reservar surpresas negativas para muitos. A qualquer momento, novas delações vão surgir e ampliar as investigações em torno da corrupção na Petrobras. Mais políticos serão envolvidos e a instabilidade permanecerá por muito tempo.

Portanto, as condições que se apresentam indicam que a crise vai continuar piorando as expectativas do país e pressionando o governo. O mandato de Dilma Rousseff está em risco, ainda que, paradoxalmente, as condições para

o impeachment estejam longe de se configurar.

Outro paradoxo está no fato de que a presidente, por si mesma, não tem condições de se recuperar.

DILMA SE EXPLICA AO TCU

Termina na sexta-feira, 11, o novo prazo dado pelo Tribunal de Contas da União (TCU) para que a presidente Dilma Rousseff apresente esclarecimentos sobre as suspeitas de irregularidades nas contas federais de 2014. Foi a terceira vez que a Corte estendeu o prazo para que ela se pronuncie.

Quando receber as explicações da presidente, a área técnica do tribunal fará relatório conclusivo sobre as distorções encontradas, abrindo caminho para que o caso seja apreciado em plenário. A expectativa é que o TCU analise as contas em meados de outubro. Em seguida, elas serão enviadas ao Congresso.

De acordo com entendimento do Supremo na semana passada, uma vez examinadas pela Comissão Mista do Orçamento, as contas não precisam ser apreciadas em sessão do Congresso, podendo ser analisadas separadamente por cada uma das Casas.

■ **Murillo de Aragão é cientista político.**

Fitoterapia, para além do chazinho da vovó!

WAGNER BARBOSA

O conhecimento empírico usado pelas comunidades ao longo dos tempos para preparar remédios à base de plantas medicinais - PM guarda em seus conceitos e práticas uma efetividade que, em geral, se confirma nos laboratórios. Este saber contribui para a resolução de pequenos agravos à saúde que acometem membros dessas comunidades, reduzindo, assim, as estatísticas oficiais da atenção básica.

A etnologia de cada cultura documenta e interpreta, na pesquisa antropológica, as práticas ritualísticas ancestrais de preparo e utilização de remédios vegetais. Essas práticas também trazem informações úteis para se elaborar projetos que visam obter produtos ou criar serviços aplicáveis às políticas públicas em Fitoterapia. O abandono dos rituais de coleta e manuseio das PM, bem como daqueles usados no preparo e administração do remédio, tem levado à aculturação Fitoterapia Tradicional, descaracterizando-a. Em nações mais desenvolvidas, esses bens culturais são preservados à parte da prática da fitoterapia, a qual domina mais da metade do mercado europeu de medicamentos. Uma discussão sobre fitoterapia, considerando-se aspectos culturais, ambientais e tecnológicos, é a proposta da Etnofarmácia, tecnologia social desenvolvida como tema de pesquisa na UFPA.

Em 2006, o Brasil promulgou as Políticas Nacionais de Práticas Integrativas e Complementares (PNPIC) e a de Plantas Medicinais e Fitoterápicos (PNPMF) que, em suas diretrizes, instituiu a Fitoterapia como opção terapêutica no SUS e define o cenário para se desenvolver produtos e serviços em Fitoterapia, respectivamente. Perto de completarem dez anos, essas políticas trazem um ordenamento à Fitoterapia, em termos de regulação, que visa conferir confiabilidade e sustentabilidade ao desenvolvimento e produção de medicamentos fitoterápicos e PM, e eficácia e segurança para prescrição, dispensação, administração e uso desses recursos terapêuticos. Articuladas com a regulação vigente na União Europeia e no Canadá, entre outras, as normas brasileiras em Fitoterapia estão se aperfeiçoando para tornar o uso das PM, seja na forma de chá ou de produto tecnológico, uma opção respaldada pela prescrição de profissionais de saúde, a qual se apoia na regulamentação que, por sua vez, se reveste de base científica, em termos da efetividade e segurança das PM.

A pesquisa produz dados importantes sobre a flora nacional, inclusive a amazônica, mas o diálogo ineficaz entre empresa e academia deixa resultados úteis nas gavetas dos laboratórios e as prateleiras das farmácias pobres em fitoterápicos para prescrição e dispensação; apesar de o Estado brasileiro, há muitos anos, aportar recursos para a pesquisa com PM e, mais recentemente, também para desenvolver medicamentos fitoterápicos.

No caso da pesquisa em Fitoterapia, ocorre um dilema que acomete as Ciências Farmacêuticas: a pesquisa tecnológica que possibilita desenvolver novos fitoterápicos em geral produz pouco conhecimento novo e isso, para o sistema de avaliação acadêmica, tem uma relação custo/benefício desfavorável para os currículos dos pesquisadores, logo, esta atividade seria mais apropriadamente realizada nas indústrias, e assim o é nas sedes da indústria farmacêutica transnacional. Aqui, a fragilidade está na baixa atividade do setor produtivo, que poderia agir mais efetivamente no desenvolvimento de fitoterápicos para doenças de baixa gravidade, mas de importância epidemiológica.

Penso não ser tarefa do pesquisador travestir-se de empresário e colocar sua ideia no mercado; mas entendo que o Estado deve induzir a aproximação desses agentes e assim poder desenvolver um setor da economia muito promissor e que traz benefícios para toda a sociedade.

Para orientar a preparação e uso de formulações fitoterápicas, a Farmacopeia Brasileira coloca à disposição da sociedade, desde 2011, o Formulário Fitoterápico. Para conhecer o formulário, consulte o portal da Agência Nacional de Vigilância Sanitária usando o link Farmacopeia Brasileira (anvisa.gov.br).

■ **Wagner L. R. Barbosa é professor da Faculdade de Ciências Farmacêuticas e do Núcleo de Meio Ambiente da Universidade Federal do Pará e membro da Academia Nacional de Farmácia.**